

Autismo, Deficiência e Neurodiversidade: Provocações para pensar um conceito disputado e seus efeitos em pesquisas no/a partir do Sul Global

Luana Adriano Valéria Aydos

 <https://cfla-discapacidad.pergola-publications.fr/index.php?id=341>

DOI : 10.56078/cfla_discapacidad.341

Luana Adriano Valéria Aydos, « Autismo, Deficiência e Neurodiversidade: Provocações para pensar um conceito disputado e seus efeitos em pesquisas no/a partir do Sul Global », *Cahiers franco-latino-américains d'études sur le handicap* [], 2 | 2024, , 18 décembre 2024. URL : <https://cfla-discapacidad.pergola-publications.fr/index.php?id=341>

Licence Creative Commons – Attribution 4.0 International – CC BY 4.0

Autismo, Deficiência e Neurodiversidade: Provocações para pensar um conceito disputado e seus efeitos em pesquisas no/a partir do Sul Global

Luana Adriano Valéria Aydos

Introdução

Saberes situados

Neurodiversidade: propostas de questões para pensar um conceito

Neurodivergentes e “identidades”

Uma diferença com nome: o manifesto da neurodiversidade

interseccional da ABRAÇA

Contribuições de um diálogo inicial

Introdução

- 1 O surgimento do termo “neurodiversidade” no final da década de 1990 remete originalmente ao trabalho de Singer¹, uma socióloga e *self advocate* que o propôs primeiramente em sua tese intitulada “Odd People” In: *The Birth of Community Amongst People on the Autism Spectrum. A Personal Exploration of a New Social Movement Based on Neurological Diversity* (2016 [1999]). A motivação para nomear o então insurgente movimento de sujeitos que se identificavam como possuidores de uma “conexão” cerebral diferente veio, de acordo com a autora, de uma insatisfação com a rejeição da conceituação da deficiência a partir da objeção do chamado “modelo social forte” (Shakespeare, 2014) que se posicionava mais enfaticamente contra à ideia de deficiência centrada em concepções biomédicas. Em Singer, a neurodiversidade sugere que o significado-chave do ‘Espectro Autista’ está em seu “apelo e antecipação de uma política de ‘Diversidade Neurológica’”. O ‘neurologicamente diferente’, para autora, representaria “um novo acréscimo às categorias políticas conhecidas de classe/sexo/raça” e ampliaria “as percepções do modelo social da deficiência” (Singer, 2016 [1999], s.p.).

- 2 É relevante notar que a autora aponta que “a visão do modelo social construcionista não servia inteiramente à emergência do movimento autístico”, sugerindo, ainda, ser importante lembrar que foram

(...) pesquisadores médicos, começando com Hans Asperger, Lorna Wing, Simon Baron-Cohen e Oliver Sacks, e psicólogos, notavelmente Tony Attwood, os que erigiram as fundações que habilitaram pessoas autistas e seus familiares a reconhecerem uns aos outros e formarem o seu próprio movimento (Singer, 2016, s.p.).

- 3 Embora o termo tenha sido utilizado, mais recentemente, no movimento social brasileiro formado *de e para* autistas (Abraça, 2021), seu acionamento vem sendo questionado em virtude da imputação de reificação das subjetividades a partir de um léxico da topografia cerebral. A neurodiversidade, na perspectiva dos neurocríticos, se apoiaria sobre a noção de “sujeito cerebral”, onde a pessoa é entendida como integralmente equivalente a determinadas descrições de ordem neurológica e suas ações podem ser inteiramente reduzidas à descrição neurocientífica do cérebro, a qual sempre está “por detrás” de uma agência. (Ortega, 2008, 2009b, 2009c, 2009d, 2013; Zorzanelli & Ortega, 2011; Vidal & Ortega, 2007; 2019).
- 4 Uma das questões que trazemos aqui para dialogar com estas críticas seria que esta definição de “sujeito cerebral” não daria conta da complexidade encontrada no acionamento do termo neurodiversidade no Brasil, nem no ativismo e nem entre autistas com quem temos convivido.
- 5 A neurodiversidade, para o campo da neurocrítica, nada mais seria do que uma prova contundente desta cerebralização, a qual resulta de investigações neurocientíficas que forneçam parâmetros objetivos para determinar neurotípicos e neuroatípicos. Ressaltamos que os argumentos acionados pelos atores que se dizem neurodivergentes não necessariamente são aqueles considerados “argumentos neurocientíficos válidos”. Vemos, em suas concepções de neurodiversidade, uma gama de argumentos e elementos que tornam esse termo mais complexo do que constituído por uma derivação da neurociência.
- 6 Nos anos que se seguiram à proposta teórica de Singer, a ascensão de um movimento global de pessoas autistas iniciou uma arregimentação da “neurodiversidade” como mote para a aceitação do autismo

como uma diferença. No final da década de 1990, Singer sugerira que, sem os avanços tecnológicos que permitiram a formação de comunidades *on-line*, a neurodiversidade não teria florescido. Computadores, diz ela, são *dispositivos protéticos*, que “transformam [os autistas] de indivíduos retraídos e isolados em seres sociais em rede, o pré-requisito para uma ação social eficaz, e uma voz na arena pública” (1999 [2016]). Embora estas afirmações possam reforçar os determinismos biológicos rechaçados pelo modelo social de deficiência – ao sugerir-se que autistas são *naturalmente* retraídos e isolados –, é precisamente nas redes sociais que o termo atualmente se talha e se retalha, sendo associado politicamente ao já existente movimento por direitos e a novas conceituações, como a de “interseccionalidade” (Abraça, 2021). De forma aparentemente paradoxal, este, que é um movimento reputado como neurodeterminista, vê, na articulação do movimento social autista brasileiro, um espaço para que autistas possam expressar *múltiplas identidades*.

- 7 Neste texto trazemos para o debate alguns elementos que acreditamos serem potentes para uma reflexão teórico-analítica sobre como a categoria “neurodiversidade” está sendo pensada, acionada e materializada nas práticas cotidianas – especificamente considerando o palco pragmático das redes sociais – de ativistas neurodiversos (principalmente autistas) no Brasil. Propomos tecer uma rede de críticas às concepções e reivindicações de direitos através da categoria ‘neurodiversidade’ que habilitem, em nosso entendimento, sua “antropofagia glocal”. Este, que é um texto escrito por uma jurista e uma antropóloga, é uma primeira iniciativa teórica que coloca em xeque a leitura determinista sobre a neurodiversidade, buscando entender se, de fato, é a cerebralização que catalisa o uso do termo por autistas, tanto acadêmicos como ativistas auto-representados.

Saberes situados

- 8 Este texto é um experimento. As autoras além de serem pesquisadoras em diferentes áreas de conhecimento, são aliadas do ativismo autista no Brasil como participantes da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas - Abraça². Luana e Valéria têm se posicionado em um espaço de estudos e pesquisa *com* pessoas com deficiência, mais especificamente autistas, cujo trabalho em Rede tem

gerado produções de “letramento”, o qual contribui para um “aleijamento” (Lopes, 2020; Magnani & Ruckert, 2021; Mello, Aydos & Schuch, 2022) da produção de conhecimento na Academia, assim como na construção de um diálogo crítico e colaborativo das pesquisadoras com a agenda política e social brasileira.

- 9 Luana é bacharel, mestre e doutora em Direito. Desde muito cedo atuava no ativismo ambientalista e em prol dos direitos Humanos, o que a levou a conhecer Alexandre Mapurunga. Em 2006 foi convidada por Mapurunga a ir no encontro Encontro Brasileiro de Autistas, quando começou a fazer parte da ABRAÇA. Desde então têm atuado na produção de conteúdo, intervenção jurídica e apoio nas pautas da Associação em mobilizações presenciais e nas redes sociais. A intensa trajetória de Luana junto ao ativismo foi fundamental para que em 2023 defendesse sua tese de doutoramento em cotutela Brasil-Alemanha sobre Neurodiversidade. Hoje Luana é diretora jurídica na Abraça.
- 10 Valéria é bacharel em Ciências Sociais, mestre e doutora em Antropologia Social. Foi durante o doutorado que suas pesquisas se voltaram para o cotidiano de pessoas autistas no mercado de trabalho e iniciou sua participação como membra do CODEA: Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia. No ano de 2019, em uma mesa da Reunião de Antropologia do Mercosul organizada pelo CODEA, com ativistas com diversas deficiências, conheceu uma mulher autista ativista na Abraça. Com a pandemia, as pesquisas de campo em Antropologia foram interrompidas e o contato online com mais autistas dessa Associação se intensificou, e Valéria organizou lives com autistas como parte do projeto “Living with Disabilities: an anthropological contribution to public policies”³, do qual participava. Em alguns meses esta rede, incluindo Valéria e Luana, é convidada a participar do projeto “Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica”, coordenado por Luiz Henrique Magnani, autista e professor da área de Linguística Aplicada na Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, no estado de Minas Gerais.
- 11 A atuação no Comitê, assim como o convívio cotidiano no enfrentamento das barreiras encontradas pelos colegas autistas da Abraça e da Rede Traduzir-se, foram proporcionando um letramento das auto-

ras em acessibilidade e inclusão a partir de um lugar de coprodução de materiais de apoio e colaboração em organização de eventos acadêmicos (CODEA-ABA, 2020; Aydos & Costa, 2020). Nestes espaços, as aproximações entre as áreas da comunicação, da linguagem, do direito e das políticas públicas, assim como da antropologia e de outras ciências humanas, alinhavam-se à concepção que esses ativistas, assim como Luana, tinham sobre autismo enquanto uma deficiência e uma neurodivergência⁴, ambas categorias entendidas aqui na chave dos “marcadores da diferença” (Lopes, 2020).

- 12 As concepções relacionais e situacionais de construção das categorias, assim como a perspectiva de privilegiar a *experiência da deficiência* nas pesquisas antropológicas, encontravam eco e tomavam corpo e materialidade na convivência com os autistas do grupo. Histórias de vida, sem exceções marcadas por experiências encarnadas bullying, exclusão e outras violências devido a características como a linguagem rebuscada ou interesses e hiperfocos não convencionais, e à forma de interagirem com as pessoas e espaços eram interpretadas como formas diversas de habitarem o autismo e se engajarem no mundo.
- 13 Atualmente, o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM), em sua quinta versão, classifica o autismo como um “transtorno de desenvolvimento” que se caracteriza por *dificuldades* em três esferas: comunicação, interação social e comportamentos e pensamentos considerados repetitivos e rígidos. No entanto, as reflexões e pesquisas deste grupo de acadêmicos autistas (Rückert, 2021; Carvalho, 2023), assim como das pesquisadoras que escrevem esse texto, concordam que a concepção psiquiátrica do autismo já o condiciona a uma marca depreciativa quando distancia aquilo que se é daquilo que supostamente se *deveria ser* (Caitité, 2017). A corponormatividade (McRuer, 2021; Kafer, 2013) é a base epistemológica destas definições baseadas em uma “taxonomia da falta” (Rückert, 2021; 2024) que desvaloriza e desqualifica formas outras de interação e comunicação psicossociais. Ao recusar perceber as formas diversas de comunicação e interação social na chave da patologia, do déficit, do atraso, entendemos autismo como “deficiência”, através da reivindicação de sua interpretação em diálogo com o Modelo Social da Deficiência (Shakespeare, 2014; Diniz, 2012), como corporalidades dissidentes, ou neurodivergentes da norma hegemônica⁵, que encontram barreiras à parti-

cipação em uma sociedade não acessível a todas as (neuro)diversidades humanas.

- 14 Com o tempo, as leituras críticas ao Movimento da Neurodiversidade⁶ (Ortega, 2013; Vidal & Ortega, 2019), majoritariamente composto por autistas no Brasil, realizadas na Rede Traduzir-se foram se mostrando distantes da realidade dos autistas brasileiros. Elas traziam sim a categoria “neuro” para falarem de suas formas *neurodiversas* de interagirem e se comunicarem, mas foram muito poucas as vezes que o cerebralismo reducionista e dessubjetivante (“sou meu cérebro”) se fazia presente na forma como entendiam “o seu autismo” ou as suas subjetividades autistas.
- 15 Também a categoria “identidade autista” não correspondia às críticas que pregavam que o movimento da neurodiversidade desconsidera as pessoas com maior necessidade de apoio do espectro⁷. Ao acionarem elementos do autismo que os tornavam pertencentes a uma mesma biossocialidade, dizendo que “eram autistas” e não que “tinham autismo”, não deixavam de considerar suas diversidades internas, mas sim reivindicavam uma “identidade interseccional” enquanto ferramenta política que busca dar conta das diversas violências de exclusão. Em momento algum destes quatro anos de convivência na Abraça ou na Rede Traduzir-se, ouvimos pronunciamentos de pessoas com menor necessidade de suporte que negavam o autismo como deficiência ou reivindicavam uma identidade separada do espectro autista. O que percebemos, pelo contrário, era um empenho para trazer as pessoas com maior grau de suporte para dentro do movimento.
- 16 Este exercício de co-escrita é aqui apresentado na forma de um primeiro ensaio, resultante desse debate coletivo sobre autismo e neurodiversidade que se deu com a participação das autoras nas reuniões virtuais e nas conversas de whatsapp do Projeto “Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica”⁸ e nas suas participações na escrita do “Manifesto da Neurodiversidade Interseccional Brasileira”⁹, da Abraça. Para sua produção, além de realizarmos uma revisão bibliográfica de textos que interseccionam as categorias “neurodiversidade” e “autismo”, inspiradas pelo interesse comum nos Disability Studies e nos Crip Studies, interagimos nas redes sociais virtuais destes coletivos, participamos de *lives*, reuniões, grupos de

estudo e debates em plataformas de videoconferências, e diálogos em aplicativos de comunicação direta (whatsapp) do Projeto Traduzir-se. Pautamos os debates na postura de coprodução do conhecimento com a participação de pessoas autistas e não-autistas em suas diferentes configurações de relações, ou seja, nas suas interações tanto nos espaços de ativismo como acadêmicas, nos quais se faziam concomitantemente presentes a despatologização de condições neurodivergentes; a luta pela afirmação e efetivação de direitos e a busca pelo reconhecimento de identidades neurodivergentes que foram marginalizadas em função de um capacitismo neuronormativo.

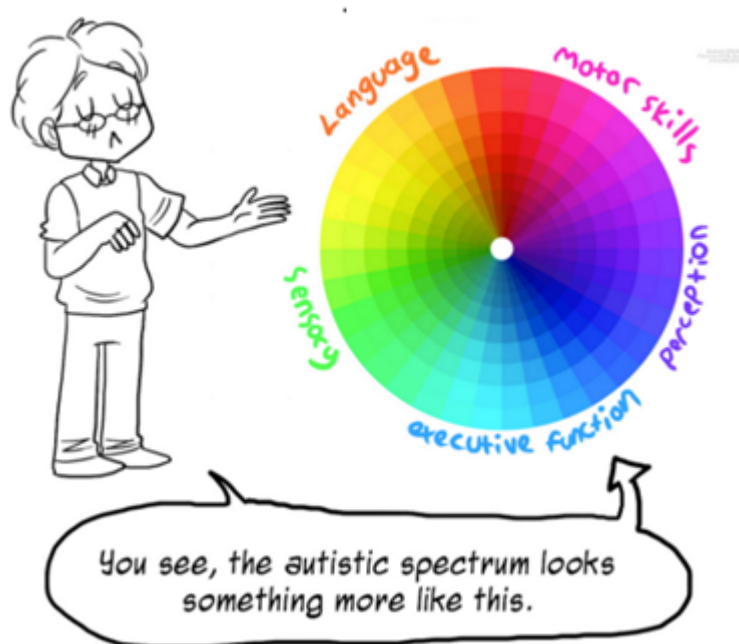
Neurodiversidade: propostas de questões para pensar um conceito

- 17 De acordo com Ortega, (2009a, p. 70), as explicações neurológicas do autismo durante a década de 1990 afastariam dos pais – e sobretudo mães – a culpa a eles anteriormente imputada pelo modelo psicanalítico das décadas de 1940 a 1960¹⁰, que reproduzia estereótipos negativos acerca da má parentalidade – e, mais especificamente, a má maternidade¹¹ – na matriz de causalidade do autismo. O principal paradoxo apresentado pelo autor é o de que a desimplicação dos pais provocada por essa aproximação das neurociências está na raiz tanto dos movimentos de busca da cura e de apoio às terapias comportamentais e psicofarmacológicas, quanto na dos movimentos de neurodiversidade.
- 18 Nadesan (2005), por sua vez, sugere que a ideia de que o autismo consiste integralmente no cérebro autista se apoia na disseminação da neurociência cognitiva, para a qual o aspecto conectivo da cognição é o aspecto preponderante. A ideia de que a mente é um computador é, para a autora, a primeira força para que esse paradigma se popularizasse. A segunda força, por outro lado, é a busca parental pela aplicação das descobertas científicas sobre desenvolvimento infantil nos projetos de engenharia social. Nesse contexto de emergência da neurociência cognitiva, o ajuste da personalidade importa menos que as habilidades intelectuais, especialmente em se considerando que as demandas da economia global passaram a exigir agili-

dade intelectual e crescente aptidão tecnológica, mesmo de empregados médios.

- 19 Com efeito, de acordo com Singer, os “nerds e geeks” que teriam inventado o computador são “pessoas que se adequam perfeitamente ao espectro autista. (...) Geeks são os sujeitos transitórios entre os neurotípicos sociáveis e autistas não sociáveis, [são] *as pessoas que mais personificam uma sociedade construída sobre a interação entre o humano e a máquina*” (Singer, 2016 [1999], s.p.). Nesse momento, então, embora a “pesquisa cognitiva sobre o autismo tipicamente enfatizasse impedimentos cognitivos específicos (e, por vezes, ligados a uma topografia neural), também há um movimento na literatura para endereçar as forças cognitivas – habilidades e aptidões – expressas pelos indivíduos ‘autistas’” (Nadesan, 2005, p. 113). Nesse contexto, as potencialidades “extraordinárias” e as relativas independências – especialmente em indivíduos com a classificação diagnóstica de Síndrome de Asperger segundo a CID 10¹²⁻, atendiam aos auspícios de uma era que, cada vez mais, valorizaria a independência e as facilidades técnicas (Nadesan, 2005).
- 20 Nossas pesquisas com autistas apontam para uma compreensão de que parte do movimento da neurodiversidade do Brasil – situada mais próxima de um espectro político-ideológico progressista – entende que há um tipo natural reificado na conexão neural atípica – o que não exige que haja apenas uma condição orgânica causando todos as características lidas como autistas. Basta que haja uma similaridade suficiente entre essas condições orgânicas, o que pode se dar em virtude de um afastamento médio similar do típico. Pessoas que encabeçam essa perspectiva sustentarão, ainda, que a neurodivergência é reificada no tipo natural de configurações neurais menos prováveis ou que se distanciam em determinada média populacional. Essa sugestão, contudo, não necessariamente concorda com aquela de Ortega (2009b, p. 441), para quem os defensores da neurodiversidade homogeneizam cérebros neurodivergentes e minimizam suas diferenças “de modo a apoiar suas afirmações sobre a existência de uma identidade autística baseada no cérebro”. Assim, argumenta Ortega, “o ‘cérebro autista’ é exibido como ontologicamente homogêneo e radicalmente diferente do também homogêneo ‘cérebro neurotípico’” (p. 441).

- 21 Da forma como entendemos, os ativistas da neurodiversidade com quem pesquisamos não consideram uma homogeneidade da condição neurodiversa. Pelo contrário, materiais explicativos em suas redes sociais, como a figura abaixo, apontam uma identificação com e uma postura despida de homogeneidades, na medida em que entendem que todos – autistas e não-autistas – estão em um espectro de neurodiversidade (Brownlow, O'Dell, 2013), sendo as suas disposições no espectro o que lhes identificariam como “neurodivergentes”.



#descrição da imagem 1: Archie, um menino branco de cabelos curtos e óculos, personagem do site “The Art of Autism”, aponta para um círculo com as cores do arco-íris com as seguintes palavras, também em diferentes cores, ao seu redor: Language, motor skills, perception, executive function, sensory. Abaixo um balão com Archie explicando: “You see, the autistic spectrum looks something more like this”. Fim da descrição.

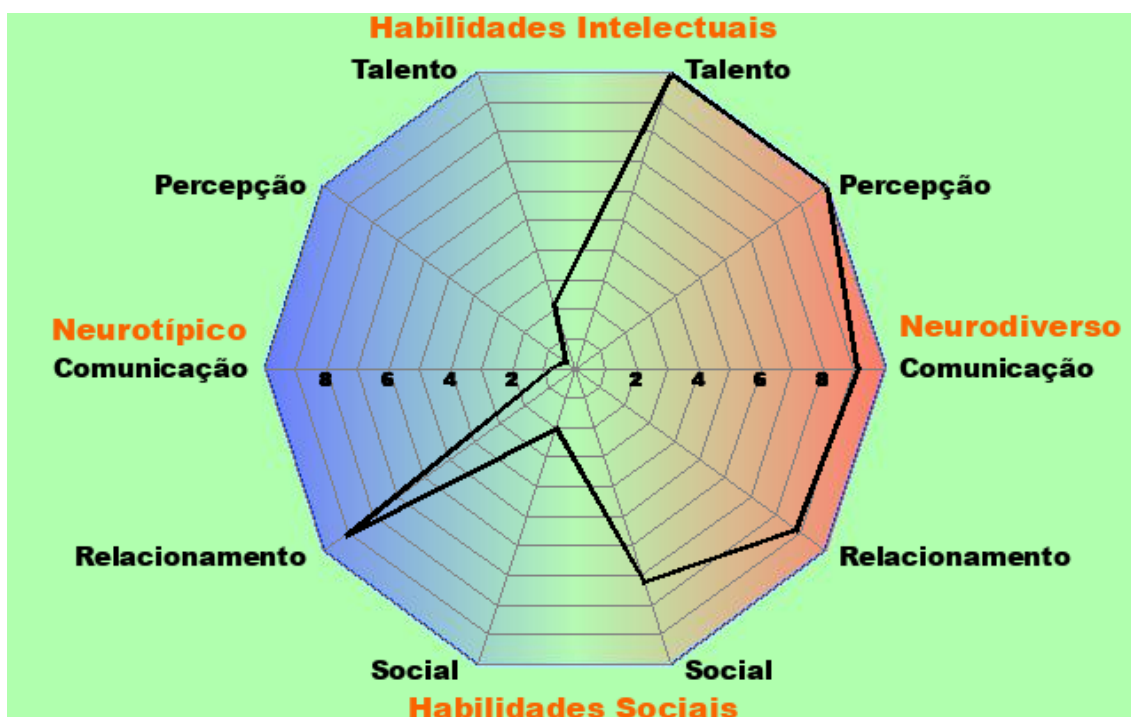
The Art of Autism: <https://the-art-of-autism.com/understanding-the-spectrum-a-comic-strip-explanation/>

Imagem 1.

- 22 Um outro espaço de materialização do que estamos trazendo é o resultado do “aspie quiz”¹³, teste que circula na comunidade autista do exterior e do Brasil. Uma participante da Abraça realizou o teste para que pudéssemos trazer a imagem neste texto. O teste apresenta como resultado uma figura que simboliza os resultados de cada traço da pessoa, como mais ou menos disposto à neurotipicidade ou à neu-

rodivergência, em graus de 1 a 8, que vão do centro à periferia do círculo. O resultado é entregue pelo teste da seguinte forma:

“Resultado: Seu índice neurodiverso: 175 de 200. Seu índice neurotípico (não autista): 45 de 200 Você é muito provavelmente neurodiverso (autista). Versão final 4, 16-Sep-2024 - e ilustra os posicionamentos no espectro no gráfico abaixo:



#descrição da imagem 2: figura com fundo verde e um gráfico em formato de círculo cromático, dividido em 10 partes em forma de pizza, em um gradual da esquerda para direita, em azul, verde e laranja. A cor azul posicionada à esquerda representa o lado do gráfico cujas características se aproximariam da neurotipicidade; e a cor laranja à direita, representa a aproximação com a neurodiversidade. As características talento, percepção, comunicação, relacionamento e social estão dispostas de cima para baixo ao longo do gráfico e o resultado é um desenho em preto que liga os pontos dos escores da pessoa localizando-a em diferentes pontos do espectro.

Fonte : <http://www.rdos.net/br/>

Imagem 2.

Neurodivergentes e “identidades”

23 Em Singer, autistas são sujeitos neurodivergentes ou neuroatípicos que passaram a defender a corporificação de uma diferença cerebral. Nós propomos que esta diferença, assim como a deficiência, de-

manda ser entendida na chave dos marcadores sociais da diferença e/ou da “identidade”¹⁴ (enquanto catalisadora de pertencimentos biossociais e biopolíticas), assim como as diferenças raciais, sexuais e de gênero. Em termos políticos, tais concepções, situadas principalmente no Norte Global, levam alguns de seus coletivos mais radicais a reivindicar, por exemplo, a retirada da categoria autismo (ou, em termos biomédicos, Transtorno do Espectro Autista - TEA) dos manuais diagnósticos psiquiátricos – do mesmo modo que outras diferenças foram na segunda metade do século XX (Jaarsma & Wellin, 2012; Ortega, 2009; Hughes, 2021). É nesse sentido que a neurodiversidade representa o que Hacking (1995b, p. 359-360) chama de “rebelião das pessoas do tipo”, as quais tomam os tipos humanos das mãos dos cientistas que os monopolizam.

24 O movimento da neurodiversidade – pelo menos inicialmente – teve forte influência de teóricos que consideravam a possibilidade de afirmação positiva da deficiência enquanto uma identidade, fornecendo a esta percepção uma base para as reivindicações por igualdade e por inclusão. Denotam-se, nesse sentido, Swain e French (2000, p.578), que entendem que a afirmação da deficiência como uma identidade positiva é um modo de repudiar ativamente a normalidade, resignificando não apenas o conceito de deficiência, mas também o valor da vida de uma pessoa com deficiência. Eles se inspiram nas políticas de identidade, que têm sustentado as lutas de evidenciação e de positividade da diferença comuns à segunda metade do século XX. Alicerçado nas noções de autoconsciência e expressões típicas de um arquétipo particular, o termo “identidade” qualifica-se pelo potencial de definição do indivíduo enquanto tal e enquanto componente de um espectro coletivo mais amplo. A partir da identidade, delimitam-se marcadores específicos, que, para além de relativamente estáveis conceitualmente, consolidam-se no tempo em caráter de constância. Compreendemos que identidade aciona uma série de traços mais amplos do que o conceito psicológico como cor, gênero, idade e condição socio-econômica, dentre outros.

25 Em sendo reconhecido como uma identidade, o autismo não é algo que a pessoa *tem*, mas sim algo que ela *é*. A separação entre a personalidade e o autismo, embutida em expressões animadas pela perspectiva da linguagem *person-first*, assumem que há uma clivagem entre a categoria ontológica da “pessoa” e a categoria biomédica do “au-

tismo”, a primeira vítima cativa da segunda. Estrutura-se, dessa forma, a recusa ao uso de expressões como “pessoa com autismo”, “pessoa vivendo com autismo” ou “família vivendo com o autismo” (Singer, 1999; Hacking, 2009; McGuire, 2016a; 2016b). Embora essa pareça ser uma reivindicação de natureza puramente terminológica, o avanço dessa proposição sugere que não há um indivíduo vivendo “por baixo” do autismo, o que faria ser necessário resgatá-lo dessa condição que impossibilitaria a boa vida.

- 26 Um desafio para a defesa dessa perspectiva é a de que há autistas com diferentes demandas de apoio dentro do chamado “espectro autista”, o que nos faria colocar a pergunta: “como separamos aqueles (com autismo) que precisam de tratamento e apoio médico daqueles (com autismo) que precisam apenas de aceitação e respeito?” (Verhoeff, 2015a, p. 446). Em vista dessa pergunta, há autores que, no contexto da neurodiversidade, mantêm e reforçam uma distinção entre autistas de alto e baixo funcionamento para determinar o escopo da neurodiversidade¹⁵ (nesse sentido, conferir Jaarsma, & Wellin, 2012).
- 27 Por outro lado, propostas mais recentes têm sugerido que a “neurodiversidade inclui explicitamente todas as pessoas autistas e neurodivergentes, incluindo aquelas com as maiores necessidades de suporte” (Den Houting, 2019, p. 272). Nesse sentido, quando há uma menção por Ortega e Vidal (2019, p. 22) no sentido de que a “neurodiversidade é um movimento liderado por autistas de alto funcionamento”, já há um corte epistemológico na articulação deste termo que se distancia da forma como parte dos defensores da neurodiversidade – que não usam a divisão – se posiciona.

Uma diferença com nome: o manifesto da neurodiversidade interseccional da ABRAÇA

“A Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (Abraça) é uma organização nacional de defesa dos direitos humanos das pessoas autistas. Foi criada em 2008 e congrega pessoas autistas, defensores de direitos humanos e familiares comprometidos em agir pela inclusão, desinstitucionalização, fortalecimento dos laços familiares, respeito à diversidade e contra as práticas abusivas e excludentes que afetam a vida das pessoas autistas e de suas famílias”¹⁶.

- 28 Mariene Martins Maciel e Argemiro de Paula Garcia Filho, dois de seus fundadores, contam que a Abraça começou a partir de uma divergência da ABRA¹⁷ (Associação Brasileira de Autismo). A Dra. Fátima Dourado, presidente da Fundação Casa da Esperança, e seu marido Alexandre Costa e Silva, diretor técnico da fundação, haviam rompido com aquela entidade e, junto com Mariene e Argemiro, propuseram a criação da Abraça, na perspectiva de “empoderar as pessoas autistas e defender seus direitos”. A sua assembleia de fundação contou com a presença de pais, mães e pessoas autistas, bem como outras entidades, como a própria Casa da Esperança, a AFAGA (Associação de Familiares e Amigos da Gente Autista), a AMA-REC/SC¹⁸ e o MOAB¹⁹. Desde o início, a Abraça optou pela defesa dos direitos humanos de autistas e de outras pessoas com deficiência, delegando o protagonismo para adultos autistas e se diferenciando de outras associações. A Abraça tem promovido campanhas de conscientização, valorizando o empoderamento das pessoas autistas, tanto no mês de abril, com foco no dia 02, que marca o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, o qual entendem como momento estratégico para abordar os temas sensíveis ligados ao enfrentamento das violências estruturais interseccionais (racismo, violência de gênero, abandono estrutural das políticas públicas etc.), como no dia 18 de junho, Dia do Orgulho Autista, quando lançam campanhas para ampliar a visibilidade desta camada da população.
- 29 No ano de 2021, Luana Adriano participou como apoiadora da escrita do Manifesto da Neurodiversidade Interseccional da Abraça. A Associação reconhece esse momento como um avanço na tessitura e entrelaçamento das pautas feministas e antirracistas que vinham ganhando importante espaço nas discussões. Digno de nota é que a Abraça elegia como presidente Rita Louzeiro, uma mulher negra autista para o biênio 2021-2022.
- 30 O texto do Manifesto, assinado em sua integralidade por autistas, não faz menção a cérebros ou causalidades do modo autista de habitar o mundo. Ele se funda na concretude de suas experiências e reivindica as pautas históricas do movimento como garantias de apoios e adaptações razoáveis para acesso à Justiça, para a Educação Inclusiva e para a vida em comunidade :

“Somos pessoas reais vivendo vidas reais, com demandas diversas, em diferentes contextos. É isso que deve ser levado em conta na criação de políticas públicas para que todos nós possamos ser contemplados.” (Abraça, 2021).

- 31 Ainda que não teça críticas dirigidas à ideia de sujeito cerebral ou da homogeneidade dos autores críticos à neurodiversidade, o manifesto afirma as pluralidades de modos de *autistar*²⁰ e resistir nos diferentes contextos, sobretudo após quase dois anos vivendo sob uma pandemia que dizimou quase 600 mil pessoas até setembro de 2021.
- 32 Sua elaboração se deu a partir de cinco reuniões realizadas por meio da plataforma Google Meets, marcadas por meio do grupo de Whatsapp “GT – Campanha”, criado em 30 de maio de 2021. Nele, foram incluídos onze (11) membros da Abraça engajados no movimento da neurodiversidade brasileiro. A escrita conjunta foi feita por meio de documento compartilhado em formato de *google docs*. Após a escrita do manifesto, o grupo decidiu por escrever uma versão em linguagem simplificada, para ampliar as possibilidades de acesso ao documento escrito.
- 33 Notamos, primeiramente, que nenhuma referência à palavra “cérebro” é feita no texto do manifesto, em sua versão ampliada – uma referência expressa surge apenas na versão simplificada, na qual consta: “A neurodiversidade é saber que todo mundo tem diferentes cérebros. Com ou sem deficiência”. Na versão original, o intento foi o de *afastar interpretações patológicas do autismo* – nesse sentido, afirma expressamente que “o autismo, assim como as outras deficiências psicossociais e intelectuais, não é um defeito neurológico” (grifo nosso). Entendemos, dessa maneira, que a expressa referência ao movimento da neurodiversidade como uma “forma de ação social enraizada em compreensões cerebralizadas da subjetividade” (Ortega & Vidal, 2019, p. 84) não está refletida no teor das discussões que precederam a publicação do manifesto. Em um manifesto sobre as diferentes identidades que atravessam sujeitos autistas, não há, como notamos em Ortega, uma cerebralização da condição enquanto “implícita na própria noção de neurodiversidade” (Id., p. 217).
- 34 Ao falar em *neurodiversidade interseccional*, o movimento se vale, ainda, de um qualitativo que surge em contraposição às teorias iden-

titárias essencialistas²¹. Nesse sentido, é preciso questionar como a neurodiversidade que assenta uma identidade cerebral pode ser conciliada com uma chave referencial que informa o essencialismo identitário para perceber a situacionalidade das opressões interconectadas. Sentimos que um modo importante de situar esse cruzamento pode se dar na referência ao autismo ser “apenas uma” das histórias contadas em torno de um sujeito que se interrelaciona socialmente²².

- 35 Aqui também devemos ressaltar o aspecto multifacetário da noção de identidade. Poderíamos, por exemplo, destacar três conotações diferentes: (1) O uso da palavra “identidade” na formação de coletivos políticos cujos membros demandam reivindicações específicas às suas características intersubjetivas reconhecidas mutuamente; (2) O uso da palavra “identidade” para a homogeneização de sujeitos que passam a ser lidos e se ler em virtude da atribuição heterônoma ou autônoma de um rótulo; e (3) O uso da palavra “identidade” para a auto-compreensão de um indivíduo, considerando os diferentes elementos dinamicamente envolvidos na construção de sua subjetividade. Colocamos a hipótese de que, para os críticos da neurodiversidade, as conotações (1) e (2) parecem ser prepotentes, enquanto, para os que se veem como neurodivergentes, (3) parece ser o uso que orienta a interconexão neurodiversidade + interseccionalidade.

Contribuições de um diálogo inicial

- 36 Desde o surgimento do termo “neurodiversidade” em Singer, alguns grupos passaram a defender a existência de uma diferença cerebral como chave explicativa dos marcadores sociais da diferença e/ou da “identidade”. No Norte Global, o movimento tem recebido críticas político-acadêmicas por (1) super-representar autistas com menor demanda de apoio; (2) não diferenciar entre autistas de alta e baixa demanda e (3) ser cooptado pelo neoliberalismo. No Brasil, notamos que as análises mais conhecidas criticam a (1) reificação e essencialização de ‘neurosubjetividades’ e (2) a centralização do ativismo na produção e manutenção de bioidentidades e biossociabilidades (cf. especialmente Ortega, 2008).

- 37 Dentre outras problematizações e “respostas” às críticas já realizadas na academia, procuramos discutir como o movimento ativista brasileiro de autistas adultos aciona uma identidade neurodiversa, como articuladora biopolítica de uma coletividade, e, ao mesmo tempo, entende o autismo como deficiência, na chave dos direitos humanos, tendo acesso, desde a lei do autismo em 2012, a políticas afirmativas e sociais assim como as pessoas com outras deficiências.
- 38 Nosso propósito é o de repensar a afirmação de que a neurodiversidade é o resultado de um contexto em que “pacientes psiquiátricos são vistos principalmente como sujeitos cerebrais, o que pode contribuir para ajustar sua compreensão de si mesmos e como eles levam suas vidas” (Ortega & Vidal, 2019, p. 33). Entendemos que a neurodiversidade interseccional sugerida pela Abraça, e também presente nas produções de autistas em um movimento de aleijamento da Academia, coloca em xeque o potencial da figura do “sujeito cerebral” para atender a perspectiva daquele que ativa a “neurodiversidade” a seu favor. Como notamos, em vez de tecer um debate a partir da cerebralização, o movimento buscou cruzar referenciais práticos para sugerir diferenças intersubjetivas entre todos – autistas ou não. Questionamos, aqui, o quanto a neurodiversidade pode ser usada de “caso” pela neurocrítica para expor as entranhas de uma cultura cerebralista.
- 39 Neste sentido, pesquisas interdisciplinares de cunho etnográfico, como esta produzida por Luana e Valéria, têm contribuído para uma compreensão mais densa e complexa das diferentes identidades e subjetividades autistas que compõem hoje o movimento da neurodiversidade no Brasil. Ao não terem categorias analíticas fechadas como ponto de partida para compreensão da realidade, e não omitirem sua posicionalidade como pesquisadoras aliadas ao movimento, permitem-se mergulhar no cotidiano da rede de autistas adultos do Brasil através de um jogo reflexivo de participação observante e vigilância epistemológica, que tem permitido trazer materialidade para a constituição de identidade interseccional autista.
- 40 Inspiradas pelos Estudos de Ciência e Tecnologia, pelos Estudos Feministas Interseccionais da Deficiência e pela Teoria Crip, os debates e pesquisas descoloniais emancipatórias da Rede Traduzir-se têm também evidenciado a heterogeneidade interna da comunidade neu-

rodivergente no Brasil, assim como suas formas de engajamento no mundo. Protagonizadas por autistas de diversas áreas do conhecimento e com experiências encarnadas atravessadas por diferentes marcadores sociais, essas pesquisas têm produzido novas problemáticas e um *corpus* de novos conceitos e perspectivas analíticas, como aquelas presentes no livro *Linguagem e Autismo*, organizado por Luiz Henrique Magnani e Gustavo Rückert (2021).

- 41 Citando apenas algumas produções de autistas, dentre tantas outras da rede, teríamos: Sophia Mendonça, mulher transexual, foi autora do primeiro livro sobre neurodiversidade no Brasil; Rafaela Araújo (2023), pedagoga, têm trazido grandes contribuições para o campo da Educação ao “fissurar” o currículo escolar a partir dos “saberes da deficiência”; Gustavo Rückert (2021; e neste número), doutor em Literatura, têm compreendido o autismo *como linguagem* na análise de poemas de autistas, assim como contribuído com a crítica da compreensão do autismo como uma “taxonomia da ausência”; Ana Cândida Carvalho (2023), psicóloga, filósofa e artista visual explora as formas criativas autistas como resistência em um mundo capacitista sem acessibilidade; Rodrigo Freitas, psicólogo, pedagogo, teólogo e mestrando em ciências da religião tem se dedicado à pesquisa no campo da decolonização das práticas de inclusão, exclusão e nos discursos sobre autismo nos ambientes religiosos; e, especificamente no mundo acadêmico, a psicóloga Giovana Nicolau (2023) têm produzido reflexões in-críveis sobre a “colonização do autismo” na Academia.

Abraça. (2021) *Manifesto da Neurodiversidade Interseccional Brasileira*. Disponível em: <https://abraça.net.br/manifesto-da-neurodiversidade-interseccional-brasileira/>

Almeida, Philippe Oliveira de & Araújo, Luana Adriano (2020). DisCrit: os limites da interseccionalidade para pensar sobre a pessoa negra com deficiência. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 10 (2), 612-641.

Araújo, Rafaela Dos Santos Da Silva (2023) Fissurando o currículo a partir dos saberes da deficiência: entre resistências e potências. In Aguinaldo Rodrigues Gomes, Robson Pereira da Silva (org.), *Questões urgentes : Anais do congresso de pesquisa em educação (Conpeduc) - Políticas autoritárias e democracia* (p. 1-14). Matão, Ed. dos Autores. Disponível em: <http://https://www.even3.com.br/2022conpeduc2/>

- Aydos, Valéria, & Costa, Dienuza. (2020). *Vida Acadêmica em Situação de Isolamento Social: Como não a tornar ainda mais excludente*. Porto Alegre, UFRGS. Disponível em: https://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/wp-content/uploads/2020/08/AYDOS_COSTA-Dicas-de-acessibilidade.pdf
- Bettelheim, Bruno. (1967) *Empty fortress*. Simon and Schuster.
- Briggs, Jonathyne. (2020) The enduring fortress: The influence of Bruno bettelheim in the politics of autism in France. *Modern Intellectual History*, 17(4), 1163-1191.
- Brownlow, Charlotte, & O'Dell, Lindsay (2013). Autism as a form of biological citizenship. In: Joyce Davidson & Michael Orsini (Ed.). *Worlds of autism: Across the spectrum of neurological difference* (p. 97-114). Minneapolis, London: University of Minnesota Press.
- Carvalho, Ana Cândida. (2023). Lugares do ser no mundo autista: revelando caminhos para a construção criativa como forma de resistência. *Iluminuras*, 24(66), 60-77.
- Caitité, Amanda. *O autismo como diversidade: ontologias trazidas à existência no ativismo político, em práticas da psicologia e em relatos em primeira pessoa*. Tese de Doutorado em Psicologia. Universidade Federal Fluminense. 2021.
- CODEA-ABA. (2020). Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia. *Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade*. ABA; ANPOCS: Brasília; São Paulo; Rio de Janeiro, 14p. Disponível em: <https://i.chf.uff.br/wp-content/uploads/sites/121/2023/10/Contracartilha-de-acessibilidade-reconfigurando-o-corpo-e-a-sociedade.pdf>
- Davidson, Joyce & Orsini, Michael (eds.) (2013). *Worlds of autism: Across the spectrum of neurological difference*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press.
- Den Houting, Jacqueline (2019). Neurodiversity: An insider's perspective. *Autism*, 23(2), 271-273.
- Duarte, Luiz Fernando Dias (2018). Ciências Humanas e Neurociências: um confronto crítico a partir de um contexto educacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(97), 1-18.
- Friedner, Michele & Block, Pamela (2017). Deaf studies meets autistic studies. *The Senses and Society*, 12(3), 282-300.
- Hacking, Ian (2009). How we have been learning to talk about autism: A role for stories. *Metaphilosophy*, 40(3-4), 499-516.
- Hacking, Ian (1995a). The looping effects of human kinds. In Dan Sperber and al. *Causal cognition: A multidisciplinary debate* (p. 351-94). Oxford: Clarendon Press.
- Hugues, Bill. (2009) Disability Activism: Social Model Stalwarts and Biological Citizens. *Disability & Society*, 24(6), 677-688.
- Jaarsma, Pier, & Welin, Stellan (2012). Autism as a natural human variation: Reflections on the claims of the neurodiversity movement. *Health care analysis*, v. 20(1), 20-30.
- Kafer, Alisson (2013). *Feminist, queer, crip*. Indiana University Press.

- Lopes, Pedro (2022). Deficiência na cabeça: convite para um debate com diferença. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 64, 297-330.
- Magnani, Luiz Henrique, & Rückert, Gustavo Henrique (2021). *Linguagem e autismo: conversas transdisciplinares*. Catu: Bordô Grená.
- McRuer, Robert (2021). *Teoría Crip: Signos culturales de lo queer y de la discapacidad* (J. Sáez Álamo, Trad.). Kaótica.
- McGuire, Anne (2016a). Life Without Autism. In Katherine Runswick-Cole, Rebecca Mallett, Sami Timimi (Eds.), *Re-thinking autism: Diagnosis, identity and equality* (p. 93-99). London: Jessica Kingsley Publishers.
- McGuire, Anne. (2016b) *War on autism: On the cultural logic of normative violence*. University of Michigan Press.
- Mello, Anahí Guedes de ; Aydos, Valéria, & Schuch, Patrice. (2022) Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. *Horizontes Antropológicos*, 28(64), 7-29.
- Mendonça, Sophia (2019). *Neurodivergentes: Autismo na Contemporaneidade*. Belo Horizonte: Manduruvá Edições Especiais.
- Nadesan, Majia Holmer (2005). *Constructing autism: Unravelling the 'truth' and understanding the social*. Nova Iorque: Routledge.
- Nicolau, Giovanna ; Assis, Pablo de (2023). Decolonização do autismo a partir do protagonismo autista. *Revista Mundaú*, 13, 63-86. DOI: <https://doi.org/10.28998/rm.2023.13.14020>
- O'Dell, Lindsay et al. (2016). Critical autism studies: exploring epistemic dialogues and intersections, challenging dominant understandings of autism. *Disability & Society*, 31(2), 166-179.
- Ortega, Francisco (2008). O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, 14(2), 477-509.
- Ortega, Francisco (2009a). Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 67-77.
- Ortega, Francisco (2009b). The cerebral subject and the challenge of neurodiversity. *BioSocieties*, 4(4), 425-445.
- Ortega, Francisco (2009c). Neurociências, neurocultura e autoajuda cerebral. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 13(31), 247-260.
- Ortega, Francisco (2009d). Elements for a history of neuroascense. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 16(3), 621-640.
- Ortega, Francisco (2013). Cerebralizing Autism within the Neurodiversity Movement. In Joyce Davidson & Michael Orsini (Ed.). *Worlds of autism: Across the spectrum of neurological difference* (p. 73-96). Minneapolis, London: University of Minnesota Press.
- Rios, Clarice, & Fein, Elizabeth. (orgs.) (2019). *Autismo em tradução: uma conversa intercultural sobre condições do espectro autista*. Trad. João S. Camara; Maria R. Pereira. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.
- Rückert, Gustavo Henrique (2021). In our Language: um manifesto poético e político de Amanda Baggs. In Luiz Henrique Magnani & Gustavo Henrique Rückert, *Linguagem e autismo: conversas transdisciplinares* (p. 14-29). Catu: Editora Bordô-Grená.

Rückert, Gustavo Henrique. Sobre parabólicas e coisas sem nome: a autocorpografia autista na poesia de Pedro de Lucena e Callum Brazzó. *Cadernos Franco-latino-americanos de Estudos da Deficiência*, 2, 2024.

Runswick-Cole, Katherine; Mallet, Rebecca, & Timimi, Sami (2016). Introduction. In Katherine Runswick-Cole, Rebecca Mallet and Sami Timimi (Eds.) *Rethinking Autism: Diagnosis, Identity and Equality* (p. 7-16). Londres e Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers.

Shakespeare, Tom (2014). *Disability rights and wrongs revisited*. New York: Routledge.

Sheffer, Edith (2018). *Asperger's children: The origins of autism in Nazi Vienna*. WW Norton & Company.

Singer, Judy. (1999[2016]) *Neurodiversity: the birth of an idea*. [S.l.]: Amazon.

Verhoeff, Berend (2015). Fundamental challenges for autism research: the science-practice gap, demarcating autism and the unsuccessful search for the neurobiological basis of autism. *Medicine, Health Care and Philosophy*, 18(3), 443-447.

Vidal, Fernando, & Ortega, Francisco (2007). Mapping the cerebral subject in contemporary culture. *Electronic Journal of Communication Information and Innovation in Health*, 1, 255-259.

Vidal, Fernando, & Ortega, Francisco (2019). *Somos nosso cérebro? Neurociências, Subjetividade, Cultura*. N-1 edições.

Zorzaneli, Rafaela, & Ortega, Francisco (2011). Cultura somática, neurociências e subjetividade contemporânea. *Psicologia & Sociedade*, 23, 30-36.

1 Estamos cientes de podermos estar sujeitas ao “Perigo da História Única”, tão didaticamente explanado por Chiamanda Adichie.

2 <https://abraca.net.br/>

3 Este foi um projeto em colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com a University College London, financiado pela Newton Foundation - British Academy, cujos objetivos foram fomentar o campo dos Disability Studies no Brasil.

4 Segundo Pamela Block (2017), o termo Neurodivergencia foi cunhado por Kassiane Sibley, e significa ter um cérebro diferente do que é considerado “normal” dentro de um contexto social específico.

5 Cabe ressaltar que temos plena consciência de que a lei fala em “corpos com impedimentos” (visão, audição, oralidade, ausência de algum membro, etc); e que as autoras não desconsideram de forma alguma os corpos biológicos de suas análises No entanto, cabe destacar que estes “impedimentos”

devem ser entendidos relacionalmente e situacionalmente. No autismo, a linguagem e a socialização seriam o foco do diagnóstico que avaliaria esta condição como “deficiência”.

6 Também são compreendidas como “neurodiversidade (não normativa)” o Déficit de Atenção, a Dislexia, a Alexitimia, a Bipolaridade.

7 Ver, por exemplo, esta entrevista concedida à TV Senado, no dia 06/07/2022: Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2022/07/neurodiversidade-movimento-defende-que-autismo-e-diferenca-e-nao-doenca#:~:text=Neurodiversidade%20%C3%A9%20um%20movimento%20de,O%20movimento%20enfrenta%20diverg%C3%AAscias> (<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2022/07/neurodiversidade-movimento-defende-que-autismo-e-diferenca-e-nao-doenca#:~:text=Neurodiversidade%20%C3%A9%20um%20movimento%20de,O%20movimento%20enfrenta%20diverg%C3%AAscias>).

8 'Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica' é um projeto de pesquisa coordenado por Luiz Henrique Magnani e Gustavo Rückert (UFVJM). O projeto foi criado em novembro de 2020 e tem como objetivo "contribuir para uma maior visibilização da voz coletiva da comunidade autista" e "fomentar uma maior participação de tal comunidade nos debates públicos a respeito do tema, em especial em uma rede mais ampla de trocas acadêmicas".

9 O manifesto pode ser lido aqui: <https://abraca.net.br/manifesto-da-neurodiversidade-interseccional-brasileira/>.

10 Nesse sentido, aponta Ortega (2009a, p. 70-71): “Desde meados de 1940 até pelo menos meados de 1960, houve no mundo anglo-saxão uma verdadeira ‘orgia de ataques aos pais’ (**orgy of parent-bashing**) usando a expressão de Edward Dolnick, que dificultou a aparição de algum tipo de organização de autistas e/ou de seus familiares. No seu livro, Dolnick destaca que os pais absorveram as acusações e suportaram pacientemente a culpa não apenas pela hegemonia médica e sociocultural do paradigma psicanalítico, mas - e o que é mais importante - devido ao fato de que, frente às explicações orgânicas que remetiam para uma certa inevitabilidade, uma sentença definitiva, a abordagem psicológica parecia oferecer algum tipo de esperança. ‘Havia uma parte de mim que **queria** acreditar em Bettelheim’ declara Annabel Stehli, mãe de filha autista, após a leitura de **A fortaleza vazia** de Bruno Bettelheim, ‘porque isso significaria que se eu melhorasse, Georgie

iria melhorar. [...] Se eu mudasse, Georgie iria melhorar e eu queria que minha filha melhorasse”. [grifos do autor]

11 De particular importância é a proposta de causalidade estabelecida por Bruno Bettelheim, para quem o comportamento dos pais – e, mais especificamente, das mães – era a causa do autismo dos filhos. Embora a manufatura dessa causalidade seja atribuída a Kanner, é Bettelheim quem oferece uma explicação do que as mães faziam para provocar o autismo. Para este autor, mães de autistas seriam equiparáveis a guardas de campos de concentração nazistas – o que serviu de metáfora para a ideia de “fortaleza vazia”, analogia para o sujeito asilado do mundo exterior em virtude de sua completa inabilidade de individuação. Sobre as influências latentes da teoria de Bettelheim na França, cf. BRIGGS, 2020.

12 A denominação dessa categoria inclusive tem sido alvos de inúmeras críticas nos meios por onde pesquisamos, sobretudo a partir do livro de Edith Sheffer que denunciou as cooperações de Hans Asperger (a quem é dirigido o epônimo da síndrome) com o regime nazista. Com o surgimento do DSM V e da CID 11, o nome foi abolido das classificações psiquiátricas atuais.

13 Cabe mencionar que o termo "aspie", indicando um apelido para Asperger é rechaçado pelos ativistas autistas da Abraça, no sentido de remeter a uma nomeação considerada supremacista. Hans Asperger foi colaborador da política eugenista nazista, identificando autistas mais "desenvolvidos intelectualmente", com o fim de condenar os que não se enquadravam desta forma à morte. Sobre isso, há a afirmação explícita no Manifesto da Neurodiversidade Interseccional da Abraça: “Abandonamos em definitivo os termos separatistas, como ‘Síndrome de Asperger’ e ‘Autismo leve vs. Autismo Severo’ como uma marcação do nosso posicionamento anti-eugênico. Nós temos o direito de sermos incluídos em nossas comunidades em igualdade de condições com os demais. Todos nós. Porque os Direitos Humanos são para todas as pessoas, sem exceção”.

14 Michele Friedner e Pamela Block (2017) têm uma análise interessante sobre as aproximações e distanciamentos entre os movimentos identitários Surdo e Autista nos Estados Unidos. As autoras se perguntam o porquê de haver uma maior aceitação da surdez ser uma diferença, enquanto o autismo sofre maior resistência de ser visto dessa forma. Os dados para esta afirmação vão desde buscas no Google até registros de debates em eventos acadêmicos.

15 A diferenciação entre autistas de alto e baixo funcionamento, na determinação dos componentes da neurodiversidade, carrega diversas ambigui-

dades. Podemos mencionar, neste ponto, duas delas. (1) A primeira é a de que se tende a questionar uma auto-identificação dos autistas de baixo funcionamento como tais, dado que haveria um prejuízo para qualquer autode-terminação em havendo um autismo “grave”. Nesse sentido, veja-se a con-trovérsia acerca de Amanda Baggs, cuja qualificação como autista passou a ser colocada em xeque a partir de depoimentos de colegas que atestariam seus traços não-atípicos anteriormente à sua apresentação pública como neurodivergente (Cf. <http://autismfraud.blogspot.com/2009/12/amanda-baggs-controversy.html>). Temos aqui um paradoxo relevante: quaisquer au-tistas que se considerem de baixo funcionamento não podem se autoclassi-ficar como defensores da neurodiversidade, dado que a própria autode-terminação estaria obstada a eles. A neurodiversidade, contudo, tem como um de seus focos a autorepresentação. Dessa forma, *apenas* autistas de alto funcionamento poderão se considerar defensores auto-representativos da neurodiversidade, sendo que a própria auto-categorização como autista de baixo funcionamento retira-os da categoria. (2) Uma segunda ambiguidade é a falsa correlação entre habilidades cognitivas e atos discursivos expressi-vos, de forma que a definição de autistas de alto funcionamento, embora tenda a considerar sujeitos que teriam habilidades cognitivas iguais ou acima da média, tende a equivaler, em verdade, aos que se engajam comuni-cacionalmente.

16 Descrição da própria organização, disponível no seu site: <https://abraca.net.br/historia/>

17 A Associação Brasileira de Autismo (Abra) é a primeira organização não-governamental (https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_n%C3%A3o-governamental) (ONG) fundada em Belo Horizonte (https://pt.wikipedia.org/wiki/Belo_Horizonte) em outubro de 1988. Em sua fundação, a organização reuniu membros da Associação de Amigos do Autista (https://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o_de_Amigos_do_Autista) (de SP), a Associação Terapêutica Educacional para Crianças Autistas (do DF), além de outras organizações de estados como Sergipe (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Sergipe>) e Rio de Janeiro ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_de_Janeiro_\(estado\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_de_Janeiro_(estado))). Não encontramos um site, mas a sua página da rede social Facebook é esta: <https://www.facebook.com/abra.autismo/about>

18 Associação de Amigos dos Autistas da Região de Criciúma/Santa Cata-rina

19 Sobre o Movimento Orgulho Autista Brasil, ver: <https://www.moab.org.br/sobre-nos>

20 Em nossa convivência com a comunidade autista, aprendemos que o termo “autistar” (como verbo) já era utilizado na casa de Alexandre Mapurunga e de Mariene Martins Maciel e Argemiro de Paula Garcia Filho, desde que seus filhos eram pequenos. É um termo comumente utilizado como uma forma carinhosa por famílias de autistas para nomearem as suas práticas de autorregulação, quando em sobrecarga por algum motivo. Correr, pular, sacudir-se, falar sobre seus hiperfocos, repetir frases ou palavras... Seja qual fosse a sua estratégia de resistir à hiperestimulação, *autistar* é visto pela comunidade autista como um recurso que lhes permite serem como são. O primeiro registro do termo no espaço público, foi em uma fala de Rita Louzeiro, tendo posteriormente sido pauta da Abraça na campanha de 2019: “Autistar é Resistir”, que pode ser visualizada aqui: <https://abraca.net.br/manifestocampanha2019/>

21 Junto com Philippe Oliveira de Almeida, Luana Adriano pensou, em outro lugar: “A despeito de significarem a coletivização de sujeitos marginalizados por biomarcadores que têm em comum, a fixação das identidades complexifica ambigualmente as expectativas sociais para o que é esperado com base na identidade coletiva. Por exemplo, é esperado que a característica tida como essencial para a identificação social em primeiro plano (citamos, ser mulher, ser negro ou ser pessoa com deficiência) explique todas as outras experiências de vida do indivíduo ou do grupo” (2020, p. 624).

22 Nesse sentido, a explicação mais simples é a de Runswick-Cole (2016), segundo a qual o autismo é *uma* das histórias que podem ser contada sobre seu filho autista – não *a* história e, certamente, não a mais importante. No mesmo sentido, O’Dell *et al* (2016, p. 175): “If we fully appreciate the importance of intersectional analysis and multiple forms of oppressions, an autistic identity might be one of a number of ways in which individuals understand their experience on the autism spectrum”.

Português

Neste texto realizamos uma reflexão sobre as coproduções e as interseccionalidades das categorias “neurodiversidade” e “deficiência” na Academia e no Ativismo. Neste movimento, perguntamos como a categoria “neurodiversidade” está sendo pensada e materializada nas práticas de ativistas autistas, tendo como objetivo problematizar as concepções e reivindicações

de direitos através da categoria 'neurodiversidade' que habilitem sua "antropofagia glocal". A partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema e da participação observante em pesquisas emancipatórias acadêmico-ativistas de autistas, buscamos conjugar um duplo movimento: tensionar críticas acadêmicas a partir de um movimento social de autistas; e tensionar críticas de ativistas globais a partir das articulações de um coletivo acadêmico-ativista no Brasil. Como contribuição ao debate, mostramos, na prática do coletivo, como o movimento ativista brasileiro aciona uma "identidade neurodiversa" como articuladora biopolítica de uma coletividade, ao mesmo tempo em que entende o autismo como "deficiência", na chave do Modelo Social e dos Direitos Humanos, conceito que habita as principais legislações brasileiras sobre o tema.

Palavras chaves

autismo, neurodiversidade, deficiência, movimentos sociais

Luana Adriano

Universidade Federal do Rio de Janeiro ; luana.adriano88@gmail.com
Doutora em Direito no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em cotutela com a Westfälische Wilhelms-Universität (WWU). Editora Adjunta da Revista Teoria Jurídica Contemporânea (UFRJ). Graduada e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (2016-2018). Luana foi integrante da Graduiertenschule "Democracy, Human Rights, and Religion" (WWU) (2022-) e participante do Muenster Collaborative Research Centre 1385 Law and Literature (2022-2023). É integrante do Grupo de Estudos em Antropologia e Deficiência (GEAD-UFRGS) (2021-) e do "Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na Academia" (2021-). Integrante do Grupo de Investigações Filosóficas sobre Transumanismo e Biomehoramento Humano - GIFT-H+ (2021-2022). Integrante do Núcleo de Teoria dos Direitos Humanos da Faculdade Nacional de Direito/UFRJ (2018-2021). Integrante do CERCO - Controle Estatal, Racismo e Colonialidade (2020-). Membro da ABRAÇA - Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (2015-).

Valéria Aydos

Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana ; valeria.aydos@gmail.com
Valéria é cientista social, mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estágio no King's College London. Atualmente é professora no curso de Medicina da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), atuando na coordenação do "Grupo de Estudos em Sociologia e Antropologia e Deficiência" (Unipampa-UFRGS). É membro do Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e atua como aliada no ativismo autista da ABRAÇA. Em seus últimos projetos tem realizado pesquisas de cunho emancipatório de co-produção de

conhecimento com interlocutoras e interlocutores autistas, junto aos projetos "Traduzir-se: autismo em primeira pessoa na prática acadêmica", com Luiz Henrique Magnani (UFVJM) e "Deficiência, Neurodiversidade e Interseccionalidade: os efeitos do capacitismo nas trajetórias educacionais de mulheres com deficiência", em parceria com as profas Marivete Gesser (UFSC) e Pâmela Block (Western University-Canadá). Valéria é coeditora desta revista.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3298-5727>